



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA (FORNECIMENTO) MENOR PREÇO

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA, DESCARGA E MONTAGEM DE RETROESCAVADEIRAS E CAMINHÕES BASCULANTE, DESTINADOS À UTILIZAÇÕES DIVERSAS NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Julho/2021

ÍNDICE



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	4
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	4
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	6
8. PROPOSTA.....	6
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	7
10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
11 PRAZO DE VIGÊNCIAS E DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	8
12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	8
13 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	8
14 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	8
15 FISCALIZAÇÃO.....	9
16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	10
17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	10
18 GARANTIA DOS MATERIAIS.....	10
19 CONDIÇÕES GERAIS	10
20 ANEXOS.....	11

**Ministério do Desenvolvimento Regional**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Fornecimento, transporte, carga, descarga e montagem de Retroescavadeiras e caminhões Basculante, quais sejam: 70 (Setenta) Retroescavadeiras e 11 (onze) Caminhões Basculante, para atender às demandas da região fortalecendo o desenvolvimento das áreas de abrangência e atendidas pela 6ª Superintendência Regional no estado da Bahia

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QT
01	BR225464	Retroescavadeira hidráulica gabinada, eixo frontal 4x4 potência mínima 85HP	Und.	63
02	BR225464	Retroescavadeira hidráulica gabinada, eixo frontal 4x4 potência mínima 85HP (Cota MEPP de até 25%)	Unid.	7
03	BR4294	Caminhão basculante 6x2 (trucado) 220 cv	Und.	10
04	BR4294	Caminhão basculante 6x2 (trucado) 220 cv (Cota MEPP de até 25%).	Und.	1

Obs 1: Ver Anexo Especificações detalhadas dos equipamentos

Obs 2: Referente a participação das empresas nos itens:

- Os Itens 1 e 3 são abertos para participação de todas as empresas.

- Os Itens 2 e 4 são cotas de até 25%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. Decreto 8.538/15, art. 8º.

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA– Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE IRRIGAÇÃO– Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro, estado da Bahia, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Critério de Julgamento: Menor Preço

3.1.2. MODO DE DISPUTA: ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de R\$ 300,00 (trezentos reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.1.3 Divulgação do Valor Estimado: Público.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1. Os equipamentos objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues no pátio da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado no Município de Juazeiro, no Estado da Bahia.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

4.2. A 6ª Superintendência Regional da CODEVASF está localizada na cidade de Juazeiro, estado da Bahia, a cerca de 500 km de Salvador, situado no Sertão da Região Nordeste do Brasil, na região submédica da Bacia hidrográfica do São Francisco. O acesso ao município de Juazeiro-Ba é feito pela BR 407.

4.3. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

O objeto do presente pregão compreende o Fornecimento, transporte, carga, descarga e montagem de Retroescavadeiras e caminhões Basculante, quais sejam: 70 (Setenta) Retroescavadeiras e 11 (onze) Caminhões Basculante, para atender às demandas da região fortalecendo o desenvolvimento das áreas de abrangência e atendidas pela 6ª Superintendência Regional no estado da Bahia, localizada no município de Juazeiro, Estado da Bahia, conforme distribuídos no item 1 deste Termo de Referência.

5.1. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.

5.2. A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem não fazem parte do Escopo de Fornecimento.

5.3. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via fax/e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

5.4. A descarga dos equipamentos no local de entrega é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.

5.5. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.6. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, e individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. Os licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, **devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer**, discriminados na Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, e nas Especificações Técnicas – Anexo II e III deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

6.2. SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. Nos itens 03 e 04, será permitida a subcontratação para a montagem dos implementos.

6.2.2. A subcontratação não liberará o contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

6.2.3. É vedada a subcontratação total do objeto.

6.3. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.3.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (conforme o caso) poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), para os itens 02 e 04.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Infraestrutura da CODEVASF, em Juazeiro, no estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614-6200; (74) 3614-6290; (74) 3614-6224.

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo VI, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - f1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - f2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- e) Cronograma físico-financeiro detalhando mês a mês as fases de fabricação, transporte e entrega dos equipamentos no local especificado;

8.1.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.2. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga dos equipamentos, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

8.1.3. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos nos Perímetros Irrigados (ou projeto), considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.4. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.
- b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- b1) Retroescavadeira => 14 unidades
- b2) Caminhão basculante => 2 unidades

- 1) No caso de subcontratação dos implementos, o atestado poderá ser em nome da subcontratada, na parte referente à subcontratação;
- 2) O licitante deverá demonstrar os equipamentos e/ou componentes que serão subcontratados, podendo um subcontratado fornecer a mais de um concorrente;
- c) O licitante deverá apresentar catálogos, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
 - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
 - b2) Catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;
- d) Quando o Licitante não for o próprio fabricante dos equipamentos ofertados, deverá apresentar declaração do Fabricante específica para o edital, autorizando a empresa Licitante a comercializar e prestar os serviços de garantia exigidos.

9.1.3 Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global R\$ R\$ 29.881.400,01 (vinte e nove milhões oitocentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais e um centavo), a preços de atas vigentes coletados no painel de preços do governo federal de novembro/2021, conforme indicado no conjunto de planilhas orçamentária, constante do Anexo II deste termo de Referência que teve como referência majoritária o painel de preços.

11 PRAZO DE VIGÊNCIAS E DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 O prazo para vigência da ATA será de 06 meses, após sua assinatura, renovável por igual período se houver concordância entre as partes.

11.2 O prazo do contrato (ordem de fornecimento) será de 12 meses, após emissão e envio para a contratada.

11.3 O prazo de entrega será de 04 meses, contado a partir da data de emissão e envio da Ordem de Fornecimento ao fornecedor vencedor do item, passível de aditivo de prazo se houver manifestação antecipada do fornecedor e com a devida justificativa da contratada.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base nos preços unitários do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente:

12.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

13 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1 Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irrevogáveis, contudo em havendo fatos supervenientes que desequilibrem o contrato financeiramente para mais ou para menos, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico conforme reza a legislação em vigor, a qual será analisada pela Codevasf.

14 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove o seu perfeito funcionamento e adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedido dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

14.2.3 A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

14.4 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
- c) Liberação da Caução Contratual.(quando houver)

14.5 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

14.6 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

14.7 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15 FISCALIZAÇÃO

15.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Irrigação, responsável pela execução do contrato.

15.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Irrigação da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

16.1.2 O licitante, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação
- Local de instalação
- Nome e endereço do cliente

16.1.3 A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas as solicitadas no item

16.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

17.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

17.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

17.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

17.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

17.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

17.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

17.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

18 GARANTIA DOS MATERIAIS

18.1 A garantia consta das Especificações Técnicas – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

19 CONDIÇÕES GERAIS

19.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

20 ANEXOS

20.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços
- Anexo III – Especificações Técnicas



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

Com o ensejo da grande importância dos Projetos de Irrigação no desenvolvimento das áreas atendidas subordinados à 6ª Superintendência Regional da CODEVASF e bem como a geração de emprego e renda, além dos seus irreversíveis crescimentos, a sustentação das produções ali desenvolvidas, alicerçadas por vultosos investimentos do governo federal, faz-se necessário promover ações de desenvolvimento social e econômico, a manutenção de uma infraestrutura viária mínima para escoamento do excedente de produção proveniente de agricultura de subsistência ou não, bem como, pela promoção de uma melhoria na infraestrutura hídrica disponível, através da execução de pequenas aguadas e barreiros com a utilização dos equipamentos, ora disponibilizados, permitindo assim a implementação de tecnologias de convivência com o semiárido e manter os projetos em plena operação e manutenção, com toda a sua infraestrutura civil, mecânica, elétrica e hidráulica, em pleno estado de conservação e operação, a fim de garantir a plena produção, cultivo e bom escoamento de produtos e serviços oferecidos nestas regiões que tanto sofrem com a seca, garantindo assim o desenvolvimento da região e consequentemente a qualidade de vida da população.

Diante do que foi explanado, faz-se necessário o aporte de recursos públicos para a compra das máquinas pesadas e caminhões, pois além de garantir a modernização e a operacionalização dos Projetos, são vitais para se criar condições que promovam um sadio e responsável crescimento no desenvolvimento regional, devendo ser competitivos no mercado em que atua. Embora os Projetos Públicos de Irrigação não tenham fins lucrativos, devem ser totalmente eficientes em sua concepção de manutenção/operação e administração, provendo ao agro empreendedor condições que lhe agreguem competitividade e eficiência produtiva. A presença de máquinas tecnológicas, como as solicitadas, permite imprimir ao Projeto condições satisfatória para o pleno desenvolvimento das culturas ali produzidas.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO – SRP

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de disputa entre os participantes do procedimento licitatório, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Justifica-se, salvo melhor juízo, tendo em vista que o objeto apresenta características simples e uniformes, ou seja, fornecimento de bens, que são usados geralmente, dentre outras funcionalidades, nos serviços comuns de engenharia em abertura e melhoras de estradas, melhorando e aumentando a capacidade de escoamento. A modalidade escolhida enquadra-se no art. 3º, incisos I e IV, do Decreto nº 7.892/2013, pois, pelas características dos bens, há necessidade de contratações frequentes, porém a previsão de pedidos e entregas inevitavelmente serão de forma parceladas, visto a imprevisibilidade orçamentária e com isso não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, o que se mostra reforçar a devida justificativa referente a constituição de SRP.

Divulgação do Valor Estimado: Público. Como o valor do fornecimento consta no TR, que será divulgado juntamente com o Edital, não será adotado o orçamento sigiloso para o certame, em consonância ao que preconiza Art. 15, do Decreto 10.024/19 e tomando também como base também o Acórdão nº 1502/2018 - TCU – Plenário.

Art. 15, Decreto 10.024/19.



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

O valor estimado ou o **valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital**, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Acórdão 1502/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade.

Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Justificativa para Grupos/lotas: Não haverá agrupamento por lotes ou grupos.

Permite Participação de Consórcios e Sociedade Cooperativa: Não.

Consórcios:

A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, haja vista, o produto final ser um bem já acabado, sendo consequentemente pertinente a NÃO necessidade de formação de consórcios.

Cooperativas:

Não será permitida a participação de Cooperativas, uma vez que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de equipamentos (bens), não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

Critério de Julgamento: Menor preço.

Sustentabilidade Ambiental: Os objetos dessa licitação não se enquadram nos requisitos previstos na legislação aplicável.

Permissão de Cota de até 25%, para microempresas e empresas de pequeno porte:

Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitido a cota de até 25% (vinte e cinco) por cento para 02 (dois) itens, conforme planilhas de quantidades, anexas. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

NÃO será dado exclusividade para ME/EPP, Decreto 8.538/18. Art. 6º, haja vista, que os preços de todos os itens são superiores ao valor estabelecido como referência (R\$ 80.000,00), conforme abaixo:

Art. 10 - Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;

Autorização de adesões - “caronas”

A área técnica não ver empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:

Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos;

Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:

Agilidade no processo de execução dos serviços, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na execução de pequenas quantidades;

Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de executar quantitativos inferiores, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.

Subcontratação total do objeto: Vedado

Conforme item 6.2 a subcontratação será permitida de forma parcial para a montagem dos implementos necessários aos itens 03 e 04. Justifica-se porquanto na maioria dos casos são fabricantes divergentes onde um fabrica o caminhão e o outro o implemento específico para função desejada do devido caminhão, que será o basculante.

Regime de execução – Fornecimento Parcelado: O fornecimento ocorrerá mediante expedição e encaminhamento, pela Codevasf, de OF – Ordem de fornecimento, devidamente preenchida com informações do item e valor unitário respeitando o valor e quantidade contratada via Ata de Registro de Preços, respeitando os prazos constantes no item 11.

O objeto será parcelado, visto que a licitação será realizada por itens, pois o objeto é divisível, tecnicamente viável, não vai haver perda de escala, permitindo a ampla participação de licitantes, havendo o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Garantia de Execução: Não se aplica, pois se trata de compra de bens comuns, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da efetiva entrega do equipamento solicitado, sem necessidade de calção garantia.

Intervalo entre os Lances: O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 300,00 (trezentos reais), em razão do alto preço dos equipamentos objetos desta licitação.

Quantitativo mínimo para qualificação técnica:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de fornecer os itens contratados com a segurança e a qualidade esperada. Assim, foi solicitado a comprovação de que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços elencados no 9.1 do TR no percentual de 20% (vinte por cento), por atender as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não restringindo o caráter competitivo da licitação, em consonância as recomendações do Acórdão nº 914/2019-Plenário do Tribunal de Contas da União.

CODEVASF - 6ªSR
6ªGRD
Em, 25/11/2021

Análise Técnica:
RAYMUNDO HENRIQUE LINO DE SOUZA
Analista - Eng.º Mecânico – 6ª GRI/UGE

Transcrito por:
PAULINO DE LIMA SILVA
Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional - 6ªGRD/UIP
Aprovação em ____/____/____

Superintendente Regional



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ANEXO II

ESCOPO DE FORNECIMENTO

E

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS

(Gravado em CD)



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ANEXO III
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FOLHA DE DADOS
(Anexo e gravado em CD)